

# Governo Lula: Acertos, impasses e **contradições**

Um ano e meio após a posse, o governo do Presidente Lula começa a sofrer as pressões das ruas, com ocupações de terra, mobilizações populares e greves de servidores públicos. Nesta edição, os economistas Dercio Garcia Munhoz e José Carlos Miranda assinam artigos em que

analisam os rumos e as alternativas que têm sido adotadas pelo governo. E o cientista político Wanderley Guilherme de Souza, em entrevista ao *JE*, afirma que ainda é preciso esperar mais algum tempo para que os resultados das políticas em curso apareçam. Porém, chama a atenção para um fato: está faltando inventividade ao governo.

Páginas 3, 5 e 8



**A quem interessa a plena  
convertibilidade do real?**

Página 13

**Economistas debatem os  
rumos do Governo Lula**

Página 16

## EDITORIAL

# Impasses e contradições

**A** análise do Governo Lula e dos rumos que têm adotado em sua política econômica permanece no foco das avaliações que vêm sendo feitas a respeito do primeiro governo, no Brasil, eleito por um partido de esquerda.

Nesta edição, apresentamos o artigo do professor Dercio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, que busca identificar as razões e os fundamentos contidos na política monetária em curso, em especial, as elevadas taxas de juros que permanecem inibindo os investimentos.

Fazendo contraponto às visões mais críticas aos rumos econômicos do governo, o economista José Carlos Miranda, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, defende que neste ano o país estará retomando o caminho do crescimento econômico, com estabilidade, redução da dívida pública e queda na taxa de juros.

Os economistas José Luís Oureiro, da UFPR, e Luiz Fernando de Paula, da UERJ, abordam a temática da política cambial, questionando a tese da livre flutuação da moeda e da plena conversibilidade do real. E

o professor Wanderley Guilherme dos Santos volta às páginas do *JE* para contar como está vendo o Governo Lula.

Em dezembro de 2002, este mesmo *JE* publicou entrevista em que o professor defendia que o governo não poderia ser “mediocre” e de políticas rotineiras. Embora ressalte ser ainda cedo para uma avaliação mais definitiva sobre o Governo Lula, o professor do IUPERJ destaca, contudo, que está faltando criatividade à equipe atual.

“É necessário inventar. Nada foi inventado”, reclama.

Analisar o governo atual tem sido uma constante dos tempos de agora. Tanto assim, que no próximo 12 de maio o Corecon-RJ e o Sindicato dos Economistas estarão promovendo o debate sobre o Governo Lula: contradições e impasses da política econômica.

Vão estar debatendo os professores Luiz Antonio Mattos Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, o presidente do Conselho, José Antonio Lutterbach Soares, e o coordenador geral do Sindicato, Paulo Passarinho.

## Sumário

**Página 3** Política de Juros do Governo Lula – Dercio Garcia Munhoz

**Página 5** As Perspectivas do Governo – José Carlos Miranda

**Página 7** A Poesia Militante do MST – Ademar Bogo ▶

**Página 8** Entrevista – Wanderley Guilherme dos Santos

**Página 11** Artigo do Leitor – Washington Barbeito

**Página 13** Alternativas para o Câmbio – José Luís Oureiro e Luiz Fernando de Paula

**Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Resposta às Críticas de Economista

**Página 16** Entidades Debatem Governo Lula

Cobrança do ISS sobre os Autônomos

Inscrição para Prêmio de Monografia vai até 30 de Abril



Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ**

ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Julio Miragaya, Nelson Le Cocq, Paulo Mibielli, Rafael Vieira da Silva, Renata Nascimento, Rogério Rocha da Silva, Ronaldo Rangel e Sidney Pascotto.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: nilosgomes@bol.com.br

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

**Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

VISÃO CRÍTICA Dercio Garcia Munhoz\*

# Por que o Governo não muda a política de juros?

Depois de 15 meses do novo Governo, e sem que surjam indícios de mudanças na política econômica, amplia-se o número de pessoas questionando a conduta governamental. A discussão tem estado centrada nas taxas de juros, colocando na berlinda o Ministério da Fazenda e o Banco Central, que comandam as decisões.

É irreal falar-se que a política econômica tenha algum gestor com comando efetivo, ou que possua alguma direção. Mais apropriado seria admitir que a Fazenda e o Banco Central se deixam comandar pelos humores de um enigmático mercado, que apóia com entusiasmo a passividade do Governo, na medida em que este proporciona a liberdade de movimentação de capitais – o vai-e-vem que trouxe, e levou, perto de US\$ 300 bilhões desde 1995, primeiro ano do Plano Real; como também apóia a valorização crescente do dólar, mantido constante para afastar qualquer risco de câmbio sobre os movimentos especulativos de

capitais; e festeja os aumentos de impostos e os superávits fiscais, com o que o Governo, se por um lado aprofunda a crise, por outro repete as tentativas infrutíferas de fazer receitas que cubram as despesas com juros.

Mercado este que se entusiasma com os acordos do país com o FMI, que empresta dólares não para financiar desequilíbrios externos do Brasil, mas, sim, para garantir que, apesar de enfrentar uma dívida impagável, o país não recorrerá ao controle de capitais de curto prazo.

Como, nesse cipoal do não fazer, coloca-se a resistência do Banco Central em reduzir as taxas de juros? É claro que a resposta



não é fácil, pois, afinal, nem nesse ponto os responsáveis pela inação mantêm uma versão lógica, justificando a opção; aliás, as versões vão sendo mudadas à medida em que o tempo passa.

Primeiro se dizia que os juros não podiam ser reduzidos porque a inflação ainda não havia sido derrotada, em um raciocínio que, implicitamente reconhecia que a manutenção de juros reais elevados era uma necessidade para atrair recursos que financiassem a dívida externa e a dívida pública.

Noutro momento, o Governo bate de frente com a lógica, recorrendo a dogmas monetaristas insanos, justificando os juros como instrumento para conter a demanda. Isso numa economia estagnada, travada, inviabilizada pelo aumento brutal da carga tributária, numa ação suicida voltada para a tarefa de tentar conseguir pagar os juros dos temíveis gêmeos produzidos pelo Plano Real: o endividamento externo do país e o endividamento público interno e externo.

A preciosidade, atribuída ao

presidente do Banco Central, foi informada pelo jornal Monitor Mercantil, de dois de março último:

“...baixar os juros neste momento traria a bolha de crescimento e inflação, resultando na diminuição do nível de investimento no país, o que tornaria medíocre o desempenho econômico do Brasil”.

O que significa que, segundo o Governo, crescer provoca inflação, que impede o crescimento. Logo, o melhor é não deixar crescer... Incrível o raciocínio oficial.

O Governo, portanto, fica contente porque, ao não reduzir os juros impede que o país cresça, e com isso evita o aumento da inflação que levaria a um crescimento medíocre. É o mesmo que defender a pena eterna dos condenados, evitando que, cometidos novos delitos, após libertados, voltassem à prisão, o que os privaria da liberdade. Moral da história: ninguém deveria ser libertado após cumpridas as penas, para o próprio bem dos condenados.



## O mundo real não conta

Em outro momento a conversa foi outra. Afirmava-se que “a redução dos juros não era condição necessária para que o país voltasse a crescer”, fazendo crer, de um lado, que o crescimento poderia ocorrer mesmo com juros elevados e, de outro, citando dados sazonais para concluir que a economia brasileira já registrava o tão falado e desconhecido espetáculo do crescimento:

“... no último trimestre do ano (2003) o crescimento anualizado do PIB chegou a 6,14%, um dos maiores do mundo no período” (presidente do Banco Central, *Jornal da Comunidade*, Brasília, 19.03.04). Ou seja – deixa-se tudo como está, que tudo vai indo muito bem.

Conclui-se, portanto, que a opção foi pela manutenção da receita do Plano Real I – com a qual os salários perderam um terço de sua participação no PIB, entre 1994 e 2002, com o que o atual Governo vem merecendo o reconhecimento do FMI como aluno aplicado:

“... o Governo brasileiro vem conduzindo a política monetária de maneira sensata” (*Gazeta Mercantil*, 15.02.04). Não importa a estagnação, o desemprego, o confisco das rendas do trabalho via tributação, e assim transformadas em rendas financeiras. O mundo real não conta. Talvez atrapalhe o raciocínio, dificulte as abstrações.

O ministério da Fazenda, que deveria ser o timoneiro da política econômica global, e das políticas setoriais como monetária, fiscal, cambial, salarial, etc., revela posições e análises tão desconcertantes quanto às do Banco Central, confirmando as suspeitas de que o país navega em vôo cego onde, além do piloto, também o co-piloto entrou em alfa, ficou fora da realidade.

Basta ver as pomposas declarações do ministro da Fazenda na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (*Correio Brasileiro*, 31.03.04), no sentido de que “Os pilares da economia não vão, não podem e não devem mudar”, pois, como conclui o documento preparado para a exposição feita pelo Ministro: “... é hora de manter a política macro, que trouxe tranquilidade e é pré-condição para o crescimento”.

## Duplo equívoco

Surpreende quando o Ministro da Fazenda afirma, como o fez há pouco (FSP de 3 de abril), que “... o Brasil é obrigado a fazer uma política econômica austera porque se trata de um país endividado”. Importante porque reconhece as restrições que o duplo endividamento impõe, mas preocupante porque dá a idéia de que juros altos e novos impostos levem a alguma solução, e não percebe que, com o Plano Real II, que avança já pelo segundo ano, agrava-se a crise econômica e a crise social.

O panorama visto da ponte do Ministério da Fazenda parece ainda mais confuso, quando o ministro declara que a situação do país só melhorará com a prefixação dos juros da dívida pública, já que a maior parte da dívida é corrigida com juros pós-fixados (FSP de 3 de abril).

Duplo equívoco, já que não se conseguirá destruir a econo-

mia brasileira sem mudanças na política monetária, sem a redução da carga tributária e sem medidas paralelas de recuperação da massa de salários; e as receitas do Tesouro podem ser mantidas, ou mesmo crescerem, mas como fruto de aumento da produção – de crescimento da economia, e não através de novos impostos. E o outro engano na posição do ministro é que, em realidade, a maior parte da dívida do Tesouro é remunerada pela taxa Selic – que é prefixada – como ele diz ser o ideal.

A existência da taxa Selic para remunerar títulos do Governo constitui, aliás, um dos pontos mais discutíveis da política de juros, pois o Governo fixa, a priori, que taxa de juros vai pagar sobre os títulos públicos, e com a redução da inflação face ao agravamento da crise, as despesas de juros reais (taxas de juros acima da taxa de inflação) mais aumentam.

Para tornar administrável a dívida pública federal interna e externa – atualmente em torno de R\$ 900 bilhões (após compensados os créditos do Tesouro junto a Estados e Municípios e os depósitos mantidos no Banco Central), abrindo espaço para remover o estrangulamento fiscal, o máximo que o Tesouro poderia pagar seria em torno de 3% de juros reais – perto de R\$ 30 bilhões anuais.

Mas, com a fixação das taxas de juros pelo BC – a chamada Selic, e ainda a sua rigidez, o Tesouro pagou nos últimos 12 meses (abril/março) juros acumulados de 20,6%, para uma inflação acumulada (IGP-M) de 5,1%. O que significa que o Tesouro pagou, em um ano, perto de 15% de juros reais – cinco vezes as taxas de juros que eliminariam o crescimento em cascata da dívida federal. E o Banco Central não conseguirá,

agora, o que nunca se conseguiu no passado, que é a manutenção, a longo prazo, da taxa de câmbio valorizada, como faz hoje, para assim conter o crescimento da dívida externa do Tesouro em termos de moeda nacional.

Se a questão dos juros sobre a dívida pública requer uma revisão profunda, que viabilize um caminho de não ruptura, por outro lado as taxas de juros reais pagas nas atividades produtivas inviabilizam as empresas, individualmente, e a economia como um todo.

Aparentemente, a única solução para os escorchantes encargos financeiros seria a ampliação das disponibilidades de créditos internos para o comércio, indústria e serviços, pois os volumes atualmente emprestados pelos bancos àquelas atividades, com recursos de fontes internas, representa apenas 20% do PIB.

Essa situação de restrição no lado da oferta pode ser entendida quando se percebe que os compulsórios recolhidos pelos bancos ao BC representam perto da metade de todos os empréstimos bancários para os mencionados setores.

A forma confusa como as autoridades econômicas e monetárias enxergam o país, a incapacidade de entender o funcionamento do sistema econômico e as grandes variáveis que influenciam a formação e distribuição da renda, dificultam a definição de uma política econômica. Conseqüentemente, o Governo se mostra incapaz de implantar uma política monetária e de dívida pública que permita safar-se das armadilhas que mantêm em situação de *corner*, em defensiva permanente, os próprios gestores da economia. ■

\* Professor da Universidade de Brasília



VISÃO DO GOVERNO José Carlos Miranda\*

# As boas novas de um novo ano



2004 é o início de um ciclo de crescimento econômico sustentado, com estabilidade de preços, redução da dívida pública em relação ao PIB e taxa de juros em queda.

O desempenho da economia brasileira, no ano passado, foi determinado pelos choques adversos ocorridos em 2002 e pelo ajuste macroeconômico necessário para debelá-los. Quando chegamos ao governo, defrontamos com uma redução drástica dos influxos de recursos externos e um encurtamento significativo do prazo de vencimento dos títulos públicos.

O investimento direto do

exterior havia caído 45%, o crédito comercial 85% e a taxa de rolagem das linhas de médio e longo prazo do setor privado era de apenas 35%. Tal situação representou uma perda de US\$ 30 bilhões de financiamento externo, entre julho de 2002 e janeiro de 2003, cujas conseqüências foram uma depreciação de 46% do real frente ao dólar americano e um forte impulso inflacionário.

Em novembro de 2002, a variação dos índices de preços atingiu 6,7% ao produtor (IPA-M) e 3% ao consumidor (IPCA), correspondendo a taxas, anualizadas, de 118% e 43%, respectivamente.

## 2003: ano de muitas assimetrias

Em tal contexto, o *mix* de política macroeconômica a adotar, sob regime de câmbio flutuante, é indiscutível: ajuste fiscal para reduzir a relação dívida líquida do setor público/PIB e elevação da taxa de juros para combater a inflação e restabelecer os influxos de capitais do exterior.

Não obstante o impacto da elevação dos juros durante o primeiro semestre de 2003, a apreciação do real e o ajuste orçamentário conseguiram interromper a trajetória de crescimento da relação dívida pública/PIB, conferindo graus de liberdade ao Banco Central para reduzir, em 10 pontos percentuais, a Selic, entre julho e dezembro de 2003.

É claro que um ajuste macroeconômico de tal magnitude teve impactos negativos no PIB, no emprego e no rendimento dos trabalhadores. Tais resultados devem, porém, ser qualificados. 2003 foi um ano de grandes assimetrias: entre as áreas rural e urbana, entre demanda domés-

tica e estrangeira, entre o comportamento das variáveis macroeconômicas no primeiro e no segundo semestres.

A agropecuária cresceu 5%, aumentando a produtividade e gerando empregos. Os serviços mantiveram-se estáveis (-0,1%) e a construção civil caiu 8,6%. Tal disparidade de comportamento explica a elevada taxa de desemprego nas grandes metrópoles e a criação de 1,5 milhão de empregos na agropecuária. Altos níveis de ocupação e rendimento nas áreas rurais foram extensivos à agricultura familiar, que contou com R\$ 5,4 bilhões de crédito do Pronaf.

Quando analisamos o PIB sob a ótica da demanda, o crescimento de 14,2% das exportações contrasta-se com o desempenho do consumo das famílias (0,6%) e do investimento (-6,6%). Por fim, observando os PIBs semestrais, os resultados são de sinais contrário.

Por exemplo, tomando-se os índices de média móvel trimestral da produção industrial (IBGE), o primeiro semestre apresenta um recuo de 3,7%, enquanto o segundo, uma expansão de 5,7%, comportamento que é comum a praticamente todas as categorias de uso. Caso anualizarmos o PIB do quarto

trimestre de 2003 (1,5%), chegamos a um crescimento de 6,1% da economia.

O que há de promissor nos resultados de 2003? Que boas novas trazem para 2004? Em primeiro lugar, a liderança da área metal-mecânica no crescimento industrial e o crescimento progressivo da absorção doméstica de máquinas e equipamentos. Estes são indicadores antecedentes de recuperação dos investimentos em modernização das empresas e ampliação da capacidade, pré-condições para um ciclo de expansão sustentável.

Em segundo, uma economia ajustada em termos macroeconômicos, possibilitando compatibilizar maior nível de investimentos orçamentários e flexibilização da política monetária com estabilidade de preço e crescimento.

### Expansão consistente

A estabilidade macroeconômica é condição necessária ao desenvolvimento, porém, não suficiente. Por isso, o governo tem tomado uma série de medidas setoriais e vem realizando mudanças institucionais. A construção civil será estimulada por novos instrumentos financeiros, criados para securitização de créditos imobiliários, pela maior disponibilidade de crédito da CEF e pelos programas de saneamento por estados e municípios, financiados por transferências da União.

A lei de parceria público-privada abrirá caminho a investimentos em infra-estrutura, reduzindo, a um só tempo, o custo-Brasil e o desemprego nas grandes metrópoles.

O programa de bolsa-família beneficiará 4,6 milhões de famílias este ano, com transferência média mensal de R\$ 75,00. O impacto da elevação do consumo dessas famílias na produção total das indústrias de bens de consumo não duráveis será de 1%, em 2004. Este efeito, a queda progressiva do desemprego, a partir do segundo semestre e a consequente elevação da massa salarial implicarão expansão de 3,2% no consumo das famílias.

Importante é notar que a expansão da demanda doméstica (consumo e investimento) desta vez não colidirá com a manutenção do superávit comercial. Estimamos que as exportações atingirão US\$ 84 bilhões, as importações US\$ 60 bilhões,

o que significará um superávit em transações correntes da ordem de US\$ 3 bilhões.

2004 será o início de um ciclo de expansão consistente com a estabilidade de preços, redução do endividamento público em termos do PIB e taxas reais de juros reduzidas. A estratégia de longo prazo que se pretende com tais políticas é inaugurar um processo de crescimento associado a ganhos de escala, produtividade e eficiência do sistema produtivo que, efetivamente, se traduzam em queda do desemprego urbano e maiores rendimentos das famílias trabalhadoras. ■

\* Economista, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ

O Clube de Economia conta com dezenas de convênios na categoria Educação. Aproveite os descontos para aperfeiçoar seus conhecimentos ou para matricular seus filhos em um dos estabelecimentos conveniados. Visite a página [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br) e saiba mais.

### UNIVERSIDADES

#### Universidade Estácio de Sá

30% para alunos com ingresso a partir de setembro de 2003, desconto válido somente para os cursos de graduação (excluídos os cursos do turno da tarde e os cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Letras, Pedagogia e Direito), a solicitação da bolsa será encaminhada, apenas, pelo Corecon-RJ.  
www.estacio.br - Central de Atendimento: (21) 2563-0000

### CURSOS DE IDIOMA

#### Private English Classes (todos os níveis)

Profa. Marina Lorena Tolosa  
telefones: 22753881 - 22950857 - 81454033  
Aluna e professora junto ao Latin American Reserch Institute & English Department at Temple University - Philadelphia - Pennsylvania/USA - Prof.<sup>a</sup> do "Ogontz Plan" junto ao Philadesphia Public School System - Especialização no preparo para os exames de TOEFL, papers, monografias e teses na Universidade de Illinois/EUA - Indicada pela Fulbright Foundation para o preparo do TOEFS, TOEIC e MICHIGAN exams - Método inovador para alunos interessados em praticar somente listening and conversation - 45 minutes to 1 hour classes by phone





POESIA MILITANTE Ademar Bogo\*

# Para uma ética órfã da política

**R**ebaixar a ética ou elevar o nível da política? Eis a questão que, quanto mais se toca, mais difícil fica.

Tirando a ética ficaria a política mais patética, ou elevando o nível da política a ética ficaria mais crítica?

“Ética é ética, política é política”, dizem alguns, agora, para fugir das críticas. Como a dizer: “Estamos certos!”. A ética fica para quem “não” faz política. E a política fica para quem é mais esperto. Seria este o caminho que ora está sendo aberto?

Propinas eram comuns no meio dos burgueses. Poderiam os velhos proletários tornarem-se mercenários, como irmãos siameses?

Sim! Respondem os ideólogos vermelhos de vergonha até as entranhas. Basta que entrem no jogo das campanhas. Quando se mexe com dinheiro, muda-se tudo, inclusive, os “companheiros”.

Será possível a utopia acabar em tamanha covardia? “Não se trata de acabar, as coisas é que mudaram de lugar”. “A terra gira!”. E a política se enche de mentiras. As acomodações levaram a perder a noção das restrições.

Pode um partido ficar um dia sem sentido? Parece que a moda é rejeitar a herança que incomoda. Para evitar críticas alarmistas, mudam-se os pontos de vistas. Os “éticos” enganaram-se, pois, os “líderes atuais nunca foram so-



Foto: João Zinclar

cialistas, nem tampouco radicais!”. “Apenas bons negociadores”, nada mais.

Pode um partido negar a sua história e atentar contra a própria memória? Teriam seus condutores razões para não ser seus próprios sucessores? Pode-se atentar contra a própria consciência, pelo simples fato de terem chegado à presidência?

E a herança de esquerda? Tornar-se-á desesperança ou uma simples perda?

Que mal lhes fizeram os idosos, os Sem Terra, os estudantes e os professores para ignorarem os seus clamores? Seria possível agir como inimigos contra aqueles que sempre se esforçaram para serem seus amigos?

Será então que mentiam quando no passado nos defendiam, ou mudaram sem a gente perceber quando estavam chegando ao poder?

Que infelicidade pode ser maior que a perda da própria identidade? É como se a ética e a moral, sem perceber, se misturassem com o mal, e seus precursores achassem isso normal.

Uma dúvida queima como a chama: teria havido no meio do caminho construído uma perversa trama, ou já eram equívocos produzidos pela falta de um programa?

Buscam-se mil explicações para acalantar os corações. Pois, se as lutas arrefeceram, não teria sido por isto que cederam? Quando cessam as cobranças não estariam liberadas as alianças?

E a proposta surge como um desacato: “Dai-nos outro mandato!” Antes era o mercado o centro das mudanças, agora é o tempo que se apresenta como falsa esperança.

Mas há um equívoco neste enredo: quanto mais o tempo avança mais frágil se torna a esperança e mais forte volta a ser o medo. Não sabemos no entanto, se este desencanto virá tarde ou virá cedo.

Responda ainda mais: que mudanças pode haver quando se assume o poder e, para não ferir nem ofender, propõe-se a continuar simplesmente iguais? ■

\* Dirigente do MST

ENTREVISTA Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político.

# Está faltando criatividade

**N**a edição de dezembro de 2002, às vésperas da posse do presidente Lula, o *JE* publicou entrevista com o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, em que ele alertava que “os problemas do Brasil não são medíocres, nem de rotina”, não podendo, portanto, esperar soluções com políticas medíocres ou rotineiras.

Passados quase um ano e meio da posse do novo governo, fomos ouvi-lo novamente para saber suas impressões sobre o primeiro governo eleito por um partido de esquerda, no Brasil, o PT. Ele acredita que ainda seja necessário dar um pouco mais de tempo ao governo para uma análise mais profunda.

“Eu estou preparado para aguardar mais uns seis meses ou até mais, um ano, pois acho que podem aparecer os resultados”, afirma o professor do IUPERJ. Para ele, este tempo será perdido se o governo buscar fazer mais e melhor do mesmo. O que falta ao Governo Lula, para Wanderley Guilherme dos Santos, é criatividade, inventividade. O governo, por enquanto, está “rotineiro”.

**Jornal dos Economistas** – *Um ano e meio após aquela entrevista, qual a avaliação que o senhor faz do governo do presidente Lula?*

**Wanderley Guilherme dos Santos** – Tomando como ponto de referência a expectativa que eu tinha e o diagnóstico que fazia de que os problemas nacionais são de tal magnitude, nada têm de medíocre e nada têm de médios, qualquer governo que pretendesse passar para a história como tendo marcado uma posição distinta de um governo normal, natural e rotineiro teria de apresentar soluções também nada medíocres para os problemas que nós tínhamos. A minha expectativa é que isso viesse a ocorrer com o PT na hegemonia do processo político brasileiro, mas, até agora, esta expectativa ainda está para ser atendida. Isto não significa que eu considere que o governo está perdido ou que não esteja fazendo nada. Por enquanto, ainda espero para verificar se o que os porta-vozes autorizados do Governo mencionam como “período de acomodação” vai passar e será sucedido por um período onde irão aparecer os resultados. Portanto, parece

que o governo está imóvel ou apenas cuidando do dia-a-dia, mas, na verdade, ele está trabalhando muito, porém, nos bastidores. Alguma coisa que só aparece quando os resultados surgem. Eu estou preparado para aguardar mais uns seis meses ou até mais, um ano, pois acho que podem aparecer os resultados.

**JE** – *O senhor falou em hegemonia. Mas o PT detém mesmo a hegemonia no governo?*

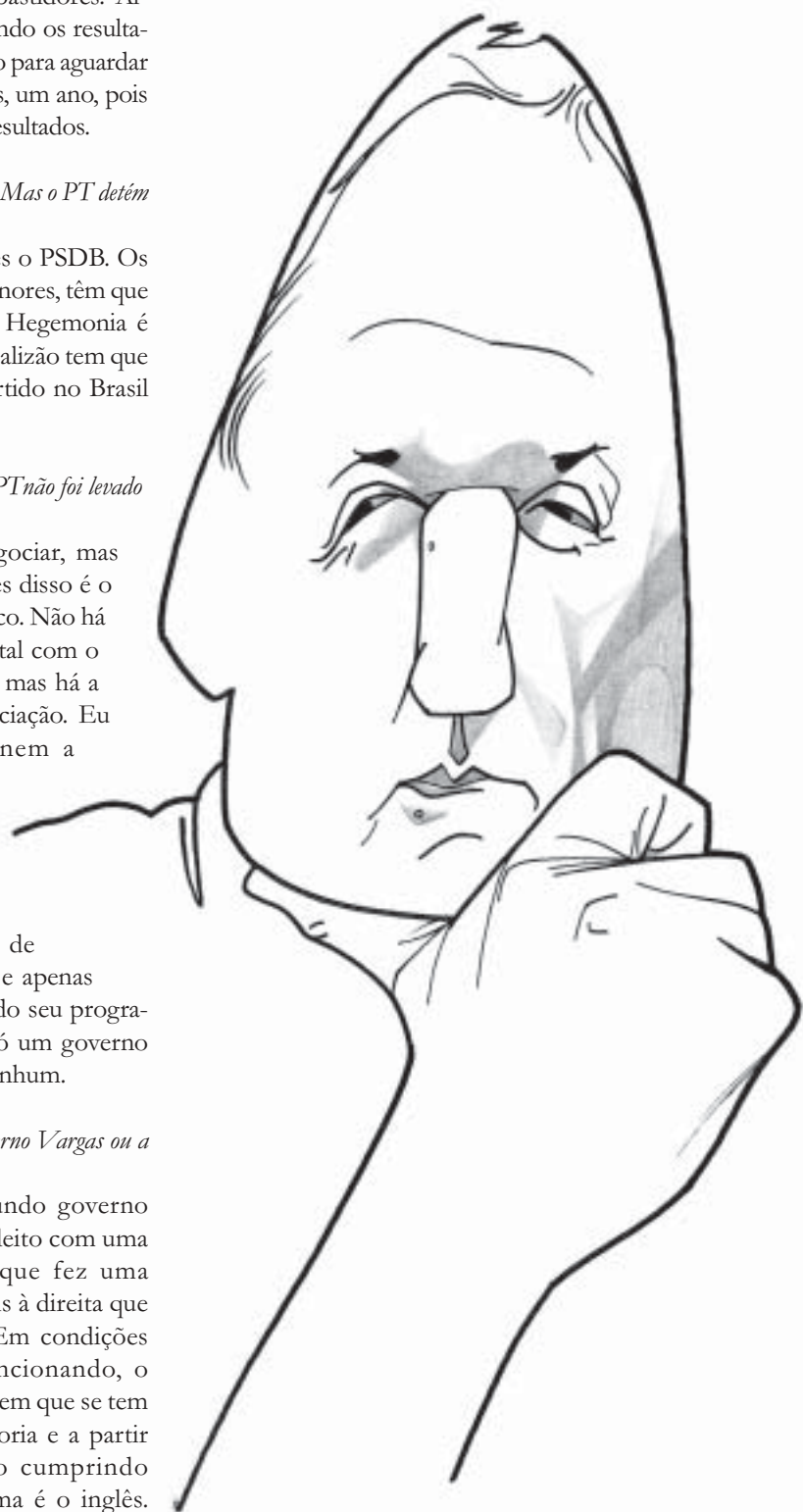
**WGS** – É o PT, como foi antes o PSDB. Os outros partidos, grandes ou menores, têm que entrar em coalizão por baixo. Hegemonia é isto: quem lidera a coalizão? Coalizão tem que haver, porque não tem um partido no Brasil capaz de governar sozinho.

**JE** – *Mas ao fazer esta coalizão o PT não foi levado a rebaixar o seu programa...?*

**WGS** – Sim, ele tem que negociar, mas quem lidera, quem dá os limites disso é o partido que lidera, o hegemônico. Não há necessidade de composição total com o programa de nenhum partido, mas há a absoluta necessidade de negociação. Eu nunca tive a esperança e nem a expectativa de que fosse diferente, pois, não há possibilidade, no Brasil, de ter um governo de um só partido. Nunca houve e dificilmente haverá a possibilidade de um partido governar sozinho e apenas fazer os pontos que constam do seu programa. Tenho a impressão que só um governo tirânico é capaz disso, mais nenhum.

**JE** – *Ou seja, como o primeiro governo Vargas ou a ditadura militar?*

**WGS** – Exatamente. O segundo governo Vargas e o de Dutra, que foi eleito com uma coalizão pelo centro, mas que fez uma coalizão de governo ainda mais à direita que a eleitoral para ter maioria. Em condições normais, de democracia funcionando, o único sistema que eu conheço em que se tem partidos que conquistam maioria e a partir daí podem ter um governo cumprindo absolutamente o seu programa é o inglês.





# idade ao Governo Lula

Mais nenhum. Então, nunca tive a expectativa e, portanto, não foi nenhuma frustração e nem decepção que o governo Lula constituísse uma coalizão para criar maioria governativa dentro do Parlamento, e que isso implica em negociação e, portanto, em concessão também. Não tem saída. Isso para me distinguir dos radicais livres...

**JE** – *Como assim...?*

**WGS** – É que minhas críticas ao governo eu gostaria que não se confundissem com as dos radicais livres, com os quais tenho discordâncias substantivas. Primeiro: não há a possibilidade de um governo único. Segundo: tem que negociar e tem que ceder, o que acho perfeitamente razoável. Terceiro: se são verdadeiras todas as críticas que fazíamos ao governo de Fernando Henrique, realmente o legado é de uma magnitude de problemas imensa. Se verdadeira a crítica, e procedente, o legado foi enorme em matéria de deficiências e de déficits. Então, não se pode esperar resultados plenamente positivos no curto prazo. Há uma incoerência entre essas duas percepções. Eu acredito realmente que a situação do país ao final do segundo mandato de Fernando Henrique era extremamente deficitária, praticamente em tudo, inclusive, na parte social, não obstante o fato de ele ter criado, em acréscimo aos programas já existentes, um número suficiente de programas e constituído uma rede de proteção social, do ponto de vista institucional, bastante ampla. Como não existiam recursos, ela só existia no papel. Como acredito no diagnóstico que a oposição de então fazia, que o governo Fernando Henrique deixou o país em uma situação extremamente delicada, em todos os sentidos, também por causa disso

não posso esperar que em seis meses ou um ano de governo pudéssemos aparecer como uma Suécia, Dinamarca, etc. A minha revelação por um governo que não fosse medíocre, na entrevista anterior, não está ligada a resultados espetaculares. Está ligada à inovação. É impossível ter resultados espetaculares, tamanho os problemas do Brasil. Talvez, eu não tenha me expressado bem naquela ocasião. Não podemos ter políticas medíocres não é em relação a resultados, mas em relação a inovações que permitam esperar resultados um pouco melhores no futuro próximo.

**JE** – *E estas inovações, elas estão acontecendo?*

**WGS** – Não, não estão. A minha percepção em matéria de expectativa não é por conta de que está acontecendo pouco do que está acontecendo. Mas é o que está acontecendo que é resultado de políticas absolutamente rotineiras. Na área de segurança, na social, a reforma agrária continua complicadíssima e sempre com as mesmas soluções – o MST invade e o governo vai e negocia, solta ou não o dinheiro, etc. Qual é a diferença em relação ao que vinha sendo feito? Eu não vejo nenhuma inovação, nem na saúde. Não sei se naquelas áreas que estão um pouco na sombra, como o ministério do Desenvolvimento ou o do Planejamento, que a gente nem vê e nem escuta falar, não sei se nestas áreas ou nas secretarias especiais está havendo e eu esteja exagerando. Mas, por exemplo, na Secretaria Especial da Pesca – que diabo está acontecendo ali? Não sei, pode ser que estejam planejando ou até fazendo programas inovadores, espetaculares, garantidores de uma sólida infra-estrutura de produção nesta área. Pode ser, mas não estou vendo. Naquilo

que é visível, o governo é rotineiro. A crítica não é por falta de resultados espetaculares, mas porque ele não faz nada diferente do que vinha sendo feito.

**JE** – *Por que o governo Lula está sendo rotineiro, sem inovar? É por causa da coalizão, por exemplo?*

**WGS** – Não, não acho que seja por causa da coalizão. Seria muito fácil o governo dizer que está amarrado e que teve de fazer concessões. Coisa nenhuma. Acho que está faltando é inventividade, criatividade, é visão de estadista, capacidade criadora de quem chega junto do problema e inventa alguma coisa. É necessário inventar. Nada foi inventado. Não é por conta da coalizão que o governo está rotineiro.

**JE** – *Por que ele está rotineiro, então?*

**WGS** – Por isso, ele não está exercendo de forma criativa a hegemonia que tem dentro da coalizão. Ele não tem nada a oferecer de diferente, não tem nem o que cobrar dos seus aliados. São, aliás, os seus aliados que cobram do governo. O governo não tem o que pedir em troca, a não ser voto no parlamento. Mas para que? Qual a grande mudança? O governo Fernando Henrique em seu primeiro mandato fez 19 mudanças constitucionais. Este foi o preço que ele cobrou para se entrar na coalizão. Ele mudou a Constituição de 1988, e muito. Ele tinha o que cobrar em troca de distribuir posições de governo. É isso que eu acho que o PT não está apresentando. Os projetos que foram enviados ao Congresso são rotineiros, no sentido de que são um pouquinho mais ou pouquinho menos do mesmo. Qual o grande projeto inovador que o governo prometia? É o Fome Zero? Cadê o Fome Zero? É uma definição de uma tomada de posição de ruptura com o passado: a nossa preocupação é com a população carente e por isso temos o programa Fome Zero? Ora, isso não é um programa de governo.

**JE** – *Qual seu ponto de vista sobre as reformas da previdência, tributária...*

**WGS** – Deveriam ter sido feitas pelo governo de Fernando Henrique...

Naquilo que é visível, o governo é rotineiro. A crítica não é por falta de resultados espetaculares, mas porque ele não faz nada diferente do que vinha sendo feito

## Está todo mundo olhando para o que está acontecendo e com disposição de manifestar o que acha. E qual é a manifestação? É de que não estão satisfeitos com o que estão vendo

**JE** – *Mesmo a do judiciário?*

**WGS** – Não, a do judiciário não. Mas eu acho que esse movimento no judiciário, o dinamismo dele é muito mais do próprio judiciário do que empenho do governo. O que eu quero dizer? Se o governo não tivesse se empenhado, ainda assim o problema não sairia da pauta porque muitas associações, corporações, como os advogados, eles querem a reforma. Alguns são contra, mas são as próprias instituições que querem a reforma mesmo. Eu não credito ao governo essa reforma, que é interessante e que sai do ramerrão. Mas as outras, contêm um pouco de conformismo com o *status quo*.

**JE** – *O governo Lula estaria com a mesma pauta do governo anterior?*

**WGS** – Do ponto de vista do exercício do poder, sim. Não sei se estão preparando as condições para alterar, que é o que estão dizendo: “estamos preparando o terreno”, “estamos preparando o roçado, tirando erva daninha”, etc. Então, está bem. Eu espero mais um ano, mas não é um ano para fazer melhor a mesma coisa. Fazer com um pouco menos de corrupção e um pouco mais de eficiência a mesma coisa. Não, para isso não precisaria gastar metade do mandato. Era só manter tudo. Eu espero mais um ano porque acho difícil e também toma tempo se tomar pé das coisas e da situação. Para formular alguma coisa diferente, com responsabilidade, leva tempo. Se for isso, acho que estamos no tempo certo, preparando as coisas. Mas se for apenas para fazer de maneira mais honesta e eficiente o que está sendo feito, aí...

**JE** – *Fala-se na reforma política para melhorar a qualidade da democracia no país. Dois pontos chamam a atenção: o financiamento público das campanhas e a lista partidária de votação. Qual a sua avaliação?*

**WGS** – Cada um dos dois temas leva muito tempo de discussão. Então, vamos deixar o financiamento público de lado, pois acho mais relevante o problema da lista. Em primeiro lugar, a colocação é incorreta. A proposta não é de voto em lista, que já existe. Na medida em que não existe candidato independente, só pode ter candidato que pertença a um partido, o voto

em lista já existe. E se manifesta de duas maneiras: ou você vota em alguém que pertence a um partido, está na lista do partido, ou na legenda que produzir aquela lista de candidato. Então, o voto na lista já existe. O que eles estão propondo é a transferência da soberania do eleitor para a listagem de preferências na lista. Quem é que faz a preferência na lista que já existe? É o eleitor. Os eleitores com seus votos é que escolhem a preferência, porque a lista é em ordem alfabética. Mesmo que seja o último nome, o Zezinho, você vota nele. Mais 50 mil pessoas fazem a mesma coisa e ele está eleito. 50 mil pessoas estabeleceram esta ordem. Quem faz a ordem de preferência é o eleitorado. O que a proposta pretende é que quem faça esta ordem seja a direção partidária. Você pode votar em quem quiser, mas a ordem vai ser estabelecida pela direção do partido. Para evitar isso você pode votar na legenda e implicitamente está votando na preferência de quem escolheu aqueles candidatos. É isto que está implícito na proposta: é a transferência da soberania do eleitor para meia dúzia de pessoas, mesmo que seja em uma convenção partidária. Este é um ponto que está em jogo.

**JE** – *A crítica é à perda da soberania do eleitor...?*

**WGS** – Esse é um problema enorme, pois, veja que a soberania do eleitor, em países como o Brasil, já está um pouco mutilada na medida em que não se pode ter candidato independente. Quando se verifica a legislação e se vê as exigências que se precisa atender para ser candidato por um partido fica menor ainda o número de pessoas que podem ser candidatas, e, conseqüentemente, diminui também o número daquelas em quem eu posso votar, dada as exigências que já existem. Todo mundo é elegível, desde que não seja bandido ou analfabeto, mas tem que estar filiado a um partido político. Quantas são as pessoas, no Brasil, filiadas a partidos políticos? É um número pequeno, proporcionalmente à população. E é deste conjunto pequeno que saem os nomes que estão nas listas partidárias alfabéticas. Além disso, a transferência que eles querem não é do voto nominal para a legenda. Isto já existe e é uma forma falaciosa. O que eles querem é que o eleitor transfira a soberania de ordenar

os candidatos. Não tem nada a ver com legenda. O que vai acontecer é dança de cadeira entre os candidatos. Vai continuar nominal, só que quem vai escolher os nomes são os organizadores do partido. Isso é muito complicado.

**JE** – *Os movimentos sociais voltaram às ruas. Há proposta de greve geral do funcionalismo e o MST voltou a ocupar terras. Como vê esta retomada?*

**WGS** – Eu acho saudável, para que o governo perceba que, em primeiro lugar, a população, ao contrário do que se imagina, não fica alienada da política entre as eleições. Isto é outra balela. Está todo mundo olhando para o que está acontecendo e com disposição de manifestar o que acha. E qual é a manifestação? É de que não estão satisfeitos com o que estão vendo. Os funcionários públicos não estão satisfeitos com os 30% que estão sendo oferecidos. E não é só o problema do quanto, mas é a justificativa e a perspectiva. Tem que se explicar – por que 30%? Tem que dar as suas razões, tem que me convencer, eu posso até ser convencido, mas não porque o Mantega (ministro Guido Mantega, do Planejamento) disse que é só o que a gente tem. O que a gente tem, não, meu caro, porque é só tirar de outro lugar. Portanto, acho que os movimentos são saudáveis porque vão exigir do governo que se explique.

**JE** – *Qual a sua avaliação sobre a ação do governo na área externa?*

**WGS** – Aí, é nota 10. Em que sentido? Ao lado da tradicional capacidade de resistência para adiar soluções que sejam danosas para nós, pela primeira vez, porque há condições internas e internacionais, o país tem tomado iniciativas relevantes. Esta coisa que está surgindo, do Brasil com a Índia, China e África é muito importante. Não é brincadeira: isso é um mercado que dá quase metade do globo. Esta iniciativa, que obviamente não está sendo vista com bons olhos, é muito importante. Ao lado da União Européia, que ao contrário do que eu imaginava está mostrando e criando graus de liberdades superiores aos que ela tinha inicialmente, e do império norte-americano, pode surgir um negócio capaz de atrair países em desenvolvimento, como Brasil e China, isto é importantíssimo. Fixar o ponto que na América do Sul, agora, só se discute no Mercosul, não é mais país a país, é um estágio novo na história das relações da América do Sul com o centro do império. E isto é muito importante e a política externa brasileira está muito bem. ■

ARTIGO DO LEITOR Washington Barbeito\*

## As três armadilhas

**É** interessante notar como os países em desenvolvimento são facilmente atraídos para armadilhas ardilosas. É claro que uma armadilha para se sustentar tem que ter atrativos excepcionais, pois do contrário fica vazia, às moscas.

A primeira delas, e que pode vangloriar-se de ter atraído quase todos os países de industrialização tardia, sendo uma das causas da estagnação neles presentes, é a armadilha da atração para o desenvolvimento aparentemente fácil, levando-os a “cambar os panos” para o setor terciário da economia, criando uma nova oferta de serviços.

Constitui-se, na realidade, de uma “des-industrialização” prematura, que afeta os setores primário e secundário, tendo por conseqüência altas taxas de desemprego. Estes desempregados procurarão qualificar-se para prestar serviços, cuja demanda não estará ainda presente pela ausência de renda disponível para o consumo.

É certo que quando se atinge, através do setor primário da economia e, principalmente, do secundário, níveis substanciais de renda – digamos algo superior a 10 mil dólares anuais, *per capita*, quando a industrialização parece esgotar-se, pois passa a apresentar lucros declinantes, o câmbio para os serviços torna-se, então, novo pólo de desenvolvimento, aonde os excedentes da renda mínima necessária para a satisfação das

necessidades naturais e básicas são dirigidos à compra dos serviços estimulados pela oferta de novas modalidades, até então não praticadas.

Esta oferta de serviços vem atender então as necessidades vaidosas e de conforto que passam a ser exercidas por aqueles que já se libertaram das fases iniciais da economia, onde prevaleceu o atendimento das necessidades naturais e básicas.

### Os projetos inovadores

A segunda armadilha é aquela através da qual as economias em desenvolvimento, ante as dificuldades de realização plena dos setores primário e secundário, passam a odiar e evitar, através de garantias reais, a exposição ao risco empresarial. Assim, instala-se no setor um crescimento débil, advindo da prática de empreendimentos de pequeno ou quase nulo risco. É sabido que pequenos riscos correspondem a pequenos incrementos na renda e, por conseqüência, pequenos lucros que seriam insuficientes para alimentar novos investimentos.

Na realidade, somente os projetos inovadores, normalmente encerrando riscos maiores, podem trazer o progresso de um País, com o crescimento de renda, empregos e lucros. Estes, na realidade, mereceriam créditos e indução dos governos.

A terceira e última armadilha, que tem um apelo muito forte com o “politicamente correto” e alenta a grande massa do povo que vive em dificuldades, por não ver atendidas, nem ao menos, as suas necessidades naturais e básicas, é a chamada “distribuição de renda prematura”.

Esta distribuição de renda, quando realizada com um nível de receita *per capita* baixo, provoca a redução drástica do investimento que corresponde, em termos gerais, a poupança, e é governada pela propensão marginal a poupar, que quando aplicada a baixas rendas se reduz drasticamente, inviabilizando o crescimento.

Estas três armadilhas, comuns nos países em desenvolvimento, são diretamente responsáveis pela estagnação econômica ou pelos níveis de crescimento incompatíveis com o aumento populacional, que é normalmente alto.

Este aumento provoca uma explosão da pobreza ao invés de um crescimento na renda, imprescindível a uma distribuição futura e factível. A demanda pelas necessidades naturais e básicas se eleva extraordinariamente, induzindo ao aumento da carga tributária que, na ânsia de gerar recursos para atendimento dessas necessidades, provoca perversamente altas taxas de desemprego. ■

\* Economista e cientista político. Correio: wbvase@transroll.com.br



# Crédito 1 minuto

## Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



ALTERNATIVAS José Luís Oreiro\* e Luiz Fernando de Paula\*\*

# Conversibilidade plena do real: a quem interessa?

Alguns economistas brasileiros têm defendido a proposta de o Brasil adotar a plena conversibilidade do real, isto é, que seja suprimido o poder normativo da autoridade monetária de adotar controles de capitais. Com isso, retirando a expectativa no mercado de que o Banco Central possa, eventualmente, reeditar antigos mecanismos de controle<sup>1</sup>. Vejamos, primeiro, qual a linha de argumentação que está por detrás desta proposta, para então avaliarmos a sua pertinência.



A hipótese central dos defensores da conversibilidade plena é que a manutenção de controles administrativos às transações com moeda estrangeira faz com que as taxas de juros interna e externa no Brasil sejam mais altas do que a que prevaleceria em uma situação de plena conversibilidade.

O eixo central da argumentação é que as restrições administrativas às transações com moeda estrangeira aumentam as taxas de juros interna e externa, devido ao efeito das mesmas sobre o prêmio de risco cobrado dos empréstimos tomados no exterior. Em outras palavras, o prêmio de risco depende, entre outros fatores, do regime de conversibilidade da moeda doméstica.

## Por que razão a conversibilidade afetaria o prêmio de risco?

Segundo os defensores dessa proposta, a manutenção de um regime de conversibilidade restrita sinalizaria, para os credores externos, a possibilidade de o Banco Central suspender ou contingenciar os pagamentos ao exterior, no futuro. Dessa forma, o risco de *default* dos compromissos externos das empresas domésticas aumenta, gerando uma elevação da taxa de juros *off-shore*. A contaminação da taxa de juros interna, pelo aumento da taxa de juros *off-shore*, viria por intermédio da chamada “paridade descoberta da taxa de juros”, segundo a qual a taxa de

juros nominal doméstica deve ser igual a soma da taxa de juros internacional com o risco-país e a expectativa da desvalorização cambial.

Nesse contexto, o aumento do prêmio de risco externo levaria ou a um aumento direto da taxa de juros doméstica, dada a expectativa de desvalorização do câmbio nominal, ou a uma depreciação da moeda doméstica, dados os valores da taxa de juros doméstica e da taxa de câmbio esperada no futuro. Mesmo neste último caso, a taxa de juros doméstica poderia aumentar como consequência da tentativa do Banco Central de impedir o repasse para os preços da depreciação do câmbio nominal.

Em artigo acadêmico recente, mostramos que a proposta de conversibilidade plena do real carece de sustentação teórica e empírica mais aprofundada<sup>2</sup>. Em primeiro lugar, deve-se observar que a hipótese de o prêmio de risco depender do regime de conversibilidade da conta de capitais, não encontra respaldo na literatura especializada sobre o tema.

Em outras palavras, trata-se de uma idéia eminentemente iconoclasta, não sendo apoiada por nenhum economista acadêmico especializado no tema da conversibilidade da conta de capitais.

### O que demonstra a experiência histórica ao longo dos anos 90?

O que a literatura especializada favorável à liberalização financeira sustenta é que os possíveis ganhos com a liberalização da conta de capitais seriam de outra natureza. A idéia é que a abertura da conta de capital poderia permitir aos países emergentes captar recursos mais baratos no exterior em relação ao mercado financeiro doméstico, devido ao fato de a produtividade marginal do capital ser mais baixa nos países desenvolvidos do que nos países emergentes, tendo em vista a maior abundância relativa de capital nos países desenvolvidos.

Em outras palavras, o capital tende a ser mais barato nos países onde ele é relativamente abundante, e daí resulta a explicação do diferencial de taxas de juros nos mercados financeiros entre países.

Nesse contexto, os países em desenvolvimento poderiam ganhar com a abertura da sua conta de capitais, pois o acesso a

fontes mais baratas de financiamento permitiria a realização de um volume maior de investimentos produtivos e, portanto, um maior crescimento econômico.

Esta explicação, contudo, não estabelece uma relação direta entre prêmio de risco e conversibilidade da conta capital.

Deve-se ressaltar ainda que os defensores da conversibilidade plena do real não apresentam nenhuma evidência empírica que suporte a hipótese de que o prêmio de risco é afetado pelo regime de conversibilidade da conta de capitais. A experiência histórica mostra precisamente o contrário: ao longo da década de 1990, o Brasil caminhou na direção de uma conversibilidade crescente da conta de capitais, sem que houvesse uma tendência de redução no risco-país ou na taxa real de juros doméstica.

No artigo referido, efetuamos um exercício econométrico – através de análise de regressão e testes de co-integração – que procurou investigar a influência dos controles de capitais sobre o risco-país no período 1994/2000. Os resultados alcançados rejeitam a hipótese de existência de uma relação direta entre as mudanças nos controles administrativos, em relação à conversibilidade da moeda nacional e a variação do prêmio de risco-país. Tampouco se observou a existência de uma relação de longo prazo entre o prêmio de risco e o nível dos controles de entrada e saída de capitais no Brasil, no período recente.

Os defensores da plena conversibilidade do real parecem negligenciar os efeitos causados pela grande mobilidade e excessiva volatilidade dos capitais de curto prazo, em um contexto de conta capital aberta. Em um contexto de grande mobilidade de capitais de curto prazo, crises do balanço de pagamentos podem ocorrer por razões não diretamente relacionadas com a situação da conta de transações correntes.

Mesmo países que possuem pequenos déficits em transações correntes como proporção do PIB – e que, portanto, são solventes do ponto de vista externo – podem se defrontar com uma reversão súbita da entrada de capitais de curto prazo em função de uma mudança nas expectativas dos investidores internacionais, induzidas por eventos não-fundamentais (*sunspots*) ou por comportamentos de manada ou ainda do chamado efeito contágio. Eventos não-funda-

mentais – como rumores – podem desencadear uma crise externa de graves consequências sobre as economias dos países nos quais não há restrições ao movimento de entrada e saída de capitais de curto prazo.

Possivelmente a volatilidade cambial iria aumentar no Brasil por ocasião da adoção de um regime de conversibilidade plena, deixando o país refém das mudanças de humores do mercado financeiro internacional. A taxa de câmbio não é um preço qualquer: tanto sua volatilidade quanto sua apreciação/depreciação excessiva tem efeitos instabilizadores sobre as expectativas empresariais, uma vez que o câmbio é um dos preços básicos que balizam o cálculo empresarial, arrefecendo conseqüentemente o “espírito animal” dos empresários, com efeitos negativos sobre o nível de investimentos.

Em países emergentes, o problema é maior devido ao reduzido tamanho dos mercados de capitais desses países com relação aos fluxos de capitais de curto prazo que ingressam nos mesmos, o que resulta em uma elevada oscilação nos fluxos de divisas, tanto na conta capital quanto nas rendas relacionadas aos serviços financeiros da conta corrente.

Conclui-se, portanto, que não existem argumentos fortes de natureza teórica ou empírica que sustentem a tese de que a plena conversibilidade da conta de capitais traria consigo uma redução significativa do prêmio de risco e das taxas de juros interna e externa, podendo mesmo gerar efeitos inversos aos levantados pelos seus defensores.■

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Co-editor do livro “Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços” (Konrad Adenauer/Manole). Correio: joreiro@sociais.ufpr.br.  
Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Co-editor do livro “Agenda Brasil...”. Correio: lfpaula@alternex.com.br.

<sup>2</sup> Veja, por exemplo, os artigos de Pérsio Arida e Edmar Bacha na seção especial sobre a conversibilidade da moeda brasileira, publicados na Revista de Economia Política, vol. 23, n. 3, jul./set. 2003.

<sup>3</sup> O artigo, escrito em co-autoria com Guilherme Jonas, está disponível nas páginas: [www.ie.ufrj.br/moeda](http://www.ie.ufrj.br/moeda) e [www.joseluisoreiro.ecn.br](http://www.joseluisoreiro.ecn.br).





FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Resposta às críticas do funcionário da Prefeitura

Na última edição publicamos a carta do economista e funcionário da prefeitura do Rio Paulo Cezar Bastos, com críticas ao artigo "As perdas da educação e da saúde no município do Rio", do *JE* de janeiro último. Nela o autor considerou o texto uma "análise econômica rasteira, superficial e desinformada". A seguir, a resposta da equipe do Fórum. Para melhor compreensão, ela vai exposta nos tópicos que identificam as críticas que foram feitas.

## Insinuação sobre de um suposto engajamento partidário

Embora não nos furtemos ao debate político, jamais discutimos a coloração partidária, pois a nossa intenção é ampliar de forma democrática a discussão sobre o Orçamento. Para isso, cremos necessária uma compreensão do caráter político desse instrumento, retirando-lhe as pretensas dificuldades técnicas, muitas vezes colocadas para esconder as reais intenções de quem o opera. Assim fazemos há oito anos, e não apenas às vésperas da campanha eleitoral.

## Análise econômica rasteira, superficial e desinformada

Antes de mais nada, cabe um esclarecimento: é perfeitamente possível fazer uma análise a partir de dados contidos nas propostas orçamentárias, pois estas demonstram as intenções do Poder Executivo. Entretanto, não nos circunscrevemos àquele documento público, sempre que possível, consideramos os fatos pretéritos para verificar a distância entre intenção e gesto.

## A existência de dotações de R\$1 visa manter aberto um programa para suplementações posteriores

Ora, se há um assunto comentado em nossas páginas é o famigerado remanejamento. Para nós, *o orçamento é a expressão monetária de um planejamento*. E um planejamento eficiente e eficaz necessita de uma capacidade de ajustamento para correção e adaptação de uma realidade mutável. A Constituição Federal, em consonância com este conceito, determina que o Poder Executivo pode pedir, e o Legislativo conceder, a abertura de créditos suplementares para correção de uma parte do orçamento que foi mal prevista. Porém,

o histórico uso deste poder de remanejar tem sido para distorcer e disfarçar o perfil do orçamento. Na prática, funciona como a redefinição das prioridades elencadas na lei orçamentária de forma camuflada. Infelizmente para a transparência orçamentária temos vários exemplos dessa *fraude orçamentária*: projetos que não são executados com dotações elevadas e projetos cuja natureza demanda uma dotação significativa, com dotações ridículas de um, dois ou mil reais! Ou seja, monta-se um orçamento para remanejá-lo depois. Aliás, a notoriedade do Fórum Popular de Orçamento, em 1996, deve-se a uma denúncia pública de que o Prefeito Cesar Maia retirou dotação significativa de obras em Jacarepaguá, logo após um terrível temporal que deixou em ruínas aquele bairro.

Portanto, entendemos, e muito, sobre esse estratagema, mas não o aceitamos, pois não é utilizado para atenuar as péssimas condições de vida desta cidade. Nós lutamos é para abortar esse poder de remanejar.

## A análise também não deveria se ater às dotações da Secretaria, mas sim à Função Educação, uma vez que a estrutura é matricial

Concordamos em que a melhor análise não se atém a órgãos e, sim, a resultados. Entretanto, cabe observar o seguinte: a análise foi sobre programas – um nível de detalhamento maior que o de função. É importante destacar que as nossas análises não têm a pretensão de aprofundar questões temáticas, pois a nossa atividade se encerra na questão orçamentária. Fazemos questão de registrar que em breve faremos uma análise mais aprofundada sobre temas como educação, saúde, etc., assim que tivermos de posse dos dados consolidados de 2003.

## Não faz sentido comparação entre os gastos per capita de diferentes programas de trabalho que têm diferentes proporções custeio x investimento

Por que não? Independentemente da proporção entre as categorias econômicas não é estranhável programas com objetivos semelhantes terem dotações tão diferentes? Acompanharemos a execução dos dois programas citados durante o exercício e anunciaremos aqui, com prazer, que foram proporcionadas mais 12 mil vagas nas creches (com R\$ 30,3 milhões) e 154 mil crianças foram melhor atendidas juntamente com a construção de mais cinco creches (com R\$ 11 milhões). Desta forma, o Ministério Público não terá mais que acionar o município do Rio na Justiça pela **não priorização** da criança, conforme já publicamos em edições anteriores.

## Estado e União X Município do Rio

Não faremos considerações acerca da atuação do estado do RJ e da União em educação por incapacidade de acompanharmos os dados orçamentários desses governos, mas, pelo senso comum, é verdade que eles têm um histórico de omissão.

Isto não significa que o município do Rio "priorize a educação". Caso fosse verdade, não haveria falta de vagas na rede municipal; o número de professores de todas as áreas seria suficiente e os alunos não ficariam sem aula; a remuneração dos profissionais da área seria digna e não aviltante; a evasão escolar não existiria e a qualidade de ensino na escola pública seria referência e não última opção na escolha da escola. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.  
Equipe técnica: Luiz Mario Behnken e Ruth Spínola, coordenadores

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

# Governo Lula em questão: Impasses e contradições na economia

O Corecon-RJ e o Sindicato dos Economistas promovem, no próximo dia 12 de maio, debate sobre o tema “Governo Lula: contradições e impasses da política econômica”, com a participação dos professores Luiz Antonio Mattos Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, e mais o presidente do Conselho, José Antonio Lutterbach Soares, e o coordenador geral do Sindicato, Paulo Passarinho.

A temática que estará no foco das intervenções divide-se em duas abordagens: os rumos até aqui adotados pelo Governo Lula na

política econômica irão, de fato, conferir estabilidade macroeconômica e condições objetivas para a retomada do crescimento sustentado da economia; e as alternativas que a sociedade brasileira dispõe para superar os atuais entraves ao seu desenvolvimento.

O debate abre um ciclo de discussões que as entidades de economistas do Rio de Janeiro pretendem empreender neste ano e será realizado no auditório da sede do Conselho Regional de Economia, na avenida Presidente Vargas, 109, 19º, a partir das 18h30, aberto a todos os economistas, estudantes e convidados. ■

## Nova base para pagamento do ISS

A Lei Municipal 3.691, de 28/11/2003, alterou e revogou dispositivos do Código Tributário Municipal. Uma das mudanças foi nas regras do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) dos profissionais autônomos, que passou a ser calculado em 5% do faturamento bruto sobre a receita anual.

Contudo, tal recolhimento só poderia ser realizado 90 dias após a edição da Lei (novembro/2003). Ou seja, a partir de março, com vencimento em abril de 2004. A cobrança deste percentual sobre o movimento econômico dos escritórios e associação de profissionais autônomos tornou-se inconstitucional, além de injusta.

A mobilização institucional feita pelo Corecon-RJ, como também por outros conselhos de fiscalização profissional, culminou na Lei 3.720/04, sancionada em cinco de março de 2004, a qual “dispõe sobre a tributação, pelo ISS, dos profissionais autônomos e das sociedades constituídas de determinadas categorias de profissionais autônomos, e altera dispositivos da Lei 691, de 24 de dezembro de 1984 (Código Tributário Municipal)”.

Desta forma, ficou fixada em R\$ 1.870,00 (mil oitocentos e setenta reais) a base de cálculo mensal dos profissionais autônomos, aplicável tantas vezes quantas forem as habilitações para o exercício das atividades que integram a inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Fazenda.

O ISS será recolhido trimestralmente, até o quinto dia útil do mês seguinte a cada trimestre civil. (Arts. 2º e 3º da mencionada Lei).

A íntegra da lei está disponível na sede do Corecon-RJ. ■

**ciclo de DEBATES**  
Governo Lula: Contradições e Impasses da Política Econômica

Uma análise sobre as mudanças ocorridas no cenário internacional, na política e na economia do país, a partir do Governo Lula, e se isso nos permite acreditar que a estratégia até agora utilizada, de manutenção e aprofundamento das mesmas políticas econômicas anteriormente adotadas, pode conduzir à estabilidade macroeconômica necessária para a retomada do crescimento sustentado, é isto que os dois Governos FHC não lograram alcançar.

Expositor: Professor Luiz Antonio Mattos Filgueiras - UFBA  
Convidado especial: Professor Reinaldo Gonçalves - UFRJ

**Realização:**  
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - CORECON/RJ  
Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro - SINDECON/RJ

Data: 12 de maio  
Horário: 18:30 h

Local: Auditório do CORECON/RJ, Av. Rio Branco, 109/19º andar - Centro/RJ

## Prêmio de Monografia: inscrições vão até dia 30



Termina no próximo dia 30 de abril o prazo para inscrição no XIV Prêmio Anual de Monografia, promovido pelo Corecon-RJ. Podem concorrer trabalhos concluídos no segundo semestre de 2002 e em 2003, desde que indicados pelos departamentos de economia das instituições de ensino superior.

A premiação tem por objetivo estimular os estudantes em fase final dos cursos de graduação à pesquisa e ao estudo de temas relevantes para o país e a sociedade. A primeira colocação receberá o prêmio de R\$ 1,8 mil. Os autores das monografias classificadas em segundo e terceiro lugares receberão R\$ 800 e R\$ 400, respectivamente.

Mais informações na página dos economistas na internet: [www.economistas.com.br](http://www.economistas.com.br). ■